

*“(...) indagamos a que distância ficava a ilha de Santa Catarina, pois desejávamos ir para lá. Responderam que ficava a cerca de 30 milhas ao sul e nos alertaram para o fato de viver ali uma tribo de nativos perigosos, chamados Carijó, em relação à qual deveríamos permanecer atentos. Os selvagens da gigantesca enseada chamavam-se Tupiniquim e eram seus amigos; deles não tínhamos nada a temer (...)”. (Hans Staden).*

### 3. Os Guarani.

Quando um projeto de pesquisa se propõe a conhecer (investigar) melhor os hábitos, os costumes, enfim, a cultura de um determinado povo, sente-se após o início dessa investigação, a necessidade de conhecer melhor a origem e a história dessa população. Nesse trabalho não foi diferente, quanto mais se investigava e se convivia com o povo Guarani, o desejo de se aprofundar no conhecimento de suas origens aumentava. Era evidente que o trabalho “pedia” esse aprofundamento histórico/ cultural e foi assim que este capítulo surgiu, para “facilitar” ou melhor, tornar claro o entendimento de certas questões a respeito do povo Guarani. A partir deste entendimento foi possível desenvolver a pesquisa com mais clareza e possibilitar também ao leitor deste trabalho um melhor entendimento de certos procedimentos sociais e culturais praticados por este povo.

O capítulo inicia-se com um breve encontro com a história dos índios que falam a língua Tupi (tronco Tupi), que é a matriz lingüística e cultural dos Guarani e o maior tronco lingüístico indígena do Brasil, como viviam esses índios quando do primeiro contato com os brancos, as tribos que habitavam o litoral e suas relações com essas tribos e ainda o conhecimento de outros troncos lingüístico dos índios brasileiros e suas famílias. Logo depois fala-se sobre “Os Guarani no Brasil”; como se subdividem em três grupos (*Kaiowá*, *M’byá* e *Nhandeva*), seus hábitos, mitos e crenças. Chegamos então aos *Guarani M’byá*, aprofunda-se no conhecimento deste povo, que serve como referência para esta pesquisa. Por fim tratamos dos *Mby’á* do estado do Rio de Janeiro, incluindo-se neste momento a aldeia de *Paraty-Mirim (Itatins)*, sua saga em busca de terras, um pouco de suas crenças e cultura.

#### 3.1. A matriz Tupi

Dentre as cerca de 180 línguas indígenas que existem hoje no Brasil, umas são mais semelhantes entre si do que outras, revelando origens comuns e processos de diversificação ocorridos ao longo do tempo. Os lingüistas expressam

as semelhanças e diferenças entre elas através da idéia de troncos e famílias lingüísticas. Ao se falar em tronco, têm-se em mente línguas cuja origem comum está situada há milhares de anos, as semelhanças entre elas são muito sutis. Entre línguas de uma mesma família, as semelhanças são maiores, resultado de separações ocorridas há menos tempo.

Veja o exemplo do português:

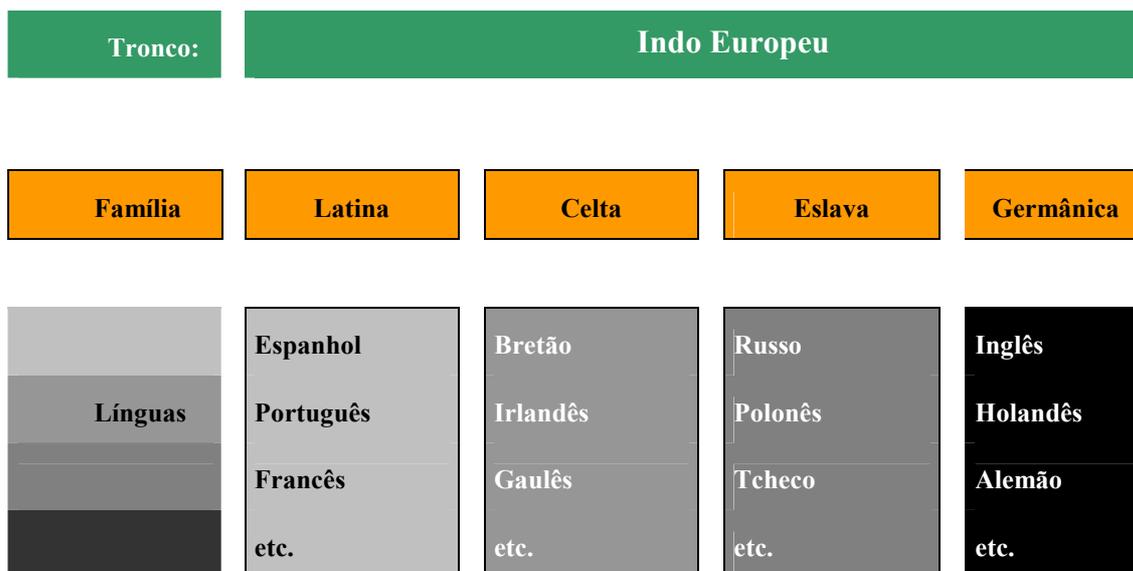


Figura 4 - As línguas indígenas no Brasil | Fonte: TEIXEIRA, Raquel F. A (A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus), Brasília: MEC/Mari/ Unesco, organizado por Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni). Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/indenos/divers.shtm>.

No universo de línguas indígenas no Brasil<sup>9</sup>, reconhece-se a existência de dois grandes troncos: Tupi e Macro-Jê e 19 famílias lingüísticas que não apresentam taxas de semelhanças suficientes para que pudessem ser agrupadas em troncos. Há, também, famílias de apenas uma língua, às vezes denominadas “línguas isoladas”, por não se revelarem parecidas com nenhuma outra língua conhecida. Os grupos indígenas encontrados pelos portugueses no litoral brasileiro eram do tronco Tupi, que haviam se instalado uns séculos antes.

<sup>9</sup> No final deste primeiro item seguem três organogramas das línguas indígenas brasileiras, agrupadas em famílias e troncos, de acordo com a classificação do Prof. Ayrton Dall’Igna Rodrigues (1986).

Naquele momento eles estavam desalojando antigos ocupantes oriundos de outras matrizes culturais. Segundo Florestam Fernandes, somavam talvez, um milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a dois mil habitantes (FERNANDES, 1949). Naquela época Portugal, teria a mesma população ou um pouco mais.

Segundo Darcy Ribeiro:

“A Costa Atlântica, ao longo dos milênios, foi percorrida e ocupada por inumeráveis povos indígenas. Disputando os melhores nichos ecológicos, eles se alojavam, desalojavam e realojavam incessantemente” (RIBEIRO, 1995, p.29).

Nos últimos séculos, porém, índios de fala tupi, se instalaram como dominadores (por serem bons guerreiros), tanto à beira mar, quanto ao longo de toda a costa atlântica e Amazonas, e subindo pelos rios principais como o Paraguai, Guaporé, o Tapajós, até suas nascentes.

Configuraram, deste modo, a ilha Brasil, formando, no chão da América do Sul o que viria a ser o nosso país. Obviamente, que não era uma nação, como afirma Darcy Ribeiro:

“...porque eles não se sabiam tantos nem tão dominadores. Eram, então, uma miríade de povos tribais, falando línguas do mesmo tronco, dialetos de uma mesma língua, cada um dos quais, ao crescer, se bipartia, fazendo dois povos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam” (RIBEIRO, 1995, p.30).

Com a chegada dos brancos, começa um conflito, que se dá em todos os níveis, predominantemente biológico, como uma guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para as populações indígenas. No ecológico, pela disputa do território, de suas matas e riquezas, para outros usos. No econômico e social, pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e outros.

Na escala da evolução cultural, Darcy Ribeiro ainda comenta:

“...os povos Tupi davam os primeiros passos da revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há 10 mil anos, como s povos do velho mundo” (RIBEIRO 1995, p.31).

É bom assinalar que eles o faziam por um caminho próprio, juntamente como os outros povos da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para a de mantimento de seus roçados. Entre elas, a mandioca, o que constitui uma grande façanha, porque se tratava de uma planta venenosa a qual eles deviam não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível. É uma planta preciosíssima porque não precisa ser colhida e estocada, mantendo-se viva na terra por meses.

Além da mandioca, cultivavam o milho, a batata doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o urucu, o algodão, o carauá, cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-mate, o guaraná entre muitas outras plantas. Também plantavam dezenas de árvores frutíferas como o caju e o pequi. Faziam para isso, grandes roçados na mata, derrubando árvores com seus machados de pedras e limpando terrenos com queimadas. (RIBEIRO,1970).

Através da agricultura garantiam alimento durante todo o ano além de estocarem uma grande variedade de matérias-primas, condimentos, venenos e estimulantes. Segundo Darcy:

“Superavam a situação de carência alimentar a que estão sujeitos os povos pré-agrícolas dependentes da generosidade da natureza tropical, que provê, com fartura, frutos, cocos e tubérculos durante uma parte do ano e, na outra condena a população à penúria. Permaneciam, porém, dependentes do acaso para obter outros alimentos através da caça e da pesca, também sujeitos a uma estacionalidade marcada por meses de enorme abundância e meses de escassez” (RIBEIRO, 1970, p.32).

Daí a importância das áreas privilegiadas, onde a caça e a pesca abundantes garantiam com maior regularidade a sobrevivência do grupo e permitiam manter aldeamentos maiores. Em certos locais, tanto na costa marítima quanto nos vales, esses aldeamentos chegavam a alcançar três mil pessoas. Eram, todavia, conglomerados pré-urbanos (aldeias agrícolas indiferenciadas) porque todos os moradores estavam compelidos à produção de alimentos, só liberando dela, excepcionalmente, alguns líderes religiosos (pajés e caraíbas) e uns poucos chefes guerreiros (*tuxauas*).

Apesar da unidade lingüística e cultural que permite classificá-los numa só macroetnia, oposta globalmente aos outros povos designados pelos portugueses como tapuias (ou inimigos), os índios do tronco Tupi não puderam jamais

unificar-se numa organização política que lhes permitisse atuar conjugadamente (RIBEIRO, 1995, p.33).

Sua própria condição evolutiva de povo de nível tribal fazia com que cada unidade étnica, ao crescer, se dividisse em novas entidades autônomas que, afastando-se umas das outras, iam se tornando reciprocamente mais diferenciadas e hostis.

Mesmo em face do novo inimigo, vindo de além-mar, quando se estabeleceu o conflito aberto, os Tupi só conseguiram estruturar efêmeras confederações regionais que logo desapareceram. A mais importante delas, conhecida como Confederação dos Tamoios, foi ensejada pela aliança com os franceses instalados na baía de Guanabara. Reuniu, de 1563 a 1567, os Tupinambás do Rio de Janeiro e os Carijós do Planalto Paulista – ajudados pelos Goitacás e pelos Aimorés da Serra do Mar, que eram de língua Jê – para fazerem a guerra aos portugueses e aos outros grupos indígenas que os apoiavam. Na guerra da Reforma versus a Contra-Reforma, dos calvinistas contra os jesuítas, em que tanto os franceses quanto os portugueses combatiam com exércitos indígenas de milhares de guerreiros. E eles nem sabiam por que lutavam, simplesmente eram atizados pelos europeus, explorando sua agressividade recíproca. Os Tamoios venceram diversas batalhas, destruíram a capitania do Espírito Santo e ameaçaram seriamente a de São Paulo. Mas foram, afinal, vencidos pelas tropas indígenas aliciadas pelos jesuítas.(RIBEIRO,1996).

Nessas guerras, como nas anteriores, por exemplo, a de Paraguaçu no Recôncavo, em 1559 – e nas que se seguiram até a consolidação da conquista portuguesa – como as campanhas de extermínio dos Potiguara do Rio Grande do Norte, em 1599, e, no século seguinte, na Guerra dos Bárbaros e nas guerras na Amazônia, os índios jamais estabeleceram uma paz estável com o invasor, exigindo dele um esforço continuado, ao longo de décadas para dominar cada região.

Depois de cada luta contra outros indígenas ou contra o invasor europeu, se vencedores, tomavam prisioneiros para os rituais de antropofagia e partiam; se vencidos, procuravam escapar, a fim de concentrar forças para novos ataques. Quando muito dizimados e já incapazes de agredir ou defender-se, os sobreviventes fugiam para além das fronteiras da civilização.

Cada núcleo Tupi vivia em guerra permanente contra as demais tribos alojadas em sua área de expansão e até mesmo, contra seus vizinhos da mesma matriz cultural (FERNANDES, 1952 apud RIBEIRO, 1995, p. 34). No primeiro caso, os conflitos eram causados por disputas pelos sítios mais apropriados à lavoura, à caça e à pesca. No segundo, eram movidos por uma animosidade culturalmente condicionada: uma forma de interação intertribal que se efetuava através de expedições guerreiras, visando a captura de prisioneiros para a antropofagia ritual.

O caráter cultural e co-participado dessas cerimônias tornava quase imperativo capturar os guerreiros que seriam sacrificados dentro do próprio grupo Tupi. Somente estes – por compartilharem do mesmo grupo de valores – desempenhavam com perfeição o papel que lhes era prescrito: de guerreiro altivo, que dialogava soberbamente com seu matador em com aqueles que iriam devorá-lo.

Comprova essa dinâmica o texto de Hans Staden (STADEN, 1999) que três vezes foi levado à cerimônias de antropofagia e três vezes os índios se recusaram a comê-lo, porque chorava e se sujava, pedindo clemência. Não se comia um covarde.

A antropofagia era também uma expressão do atraso relativo dos povos Tupi. Comiam seus prisioneiros de guerra porque, com a rudimentaridade de seus sistemas produtivos, um cativo rendia pouco mais do que consumia, não existindo, portanto, incentivos para integrá-lo à comunidade como escravo.

Assim viviam os índios do tronco Tupi, que deram origem aos Guarani. É muito importante destacar neste primeiro item a questão da domesticação da “terra”, por esses índios, pois essa questão da relação do índio com a terra e a natureza vai fazer parte durante todo o tempo, da história e o modo de vida dos Guarani “brasileiros”, e é sobre esse povo que se vê abordado no próximo item (3.2) . A seguir as línguas dos índios brasileiros, na seqüência os troncos Tupi (fig.9), Macro-Jê (fig.10) e outras.

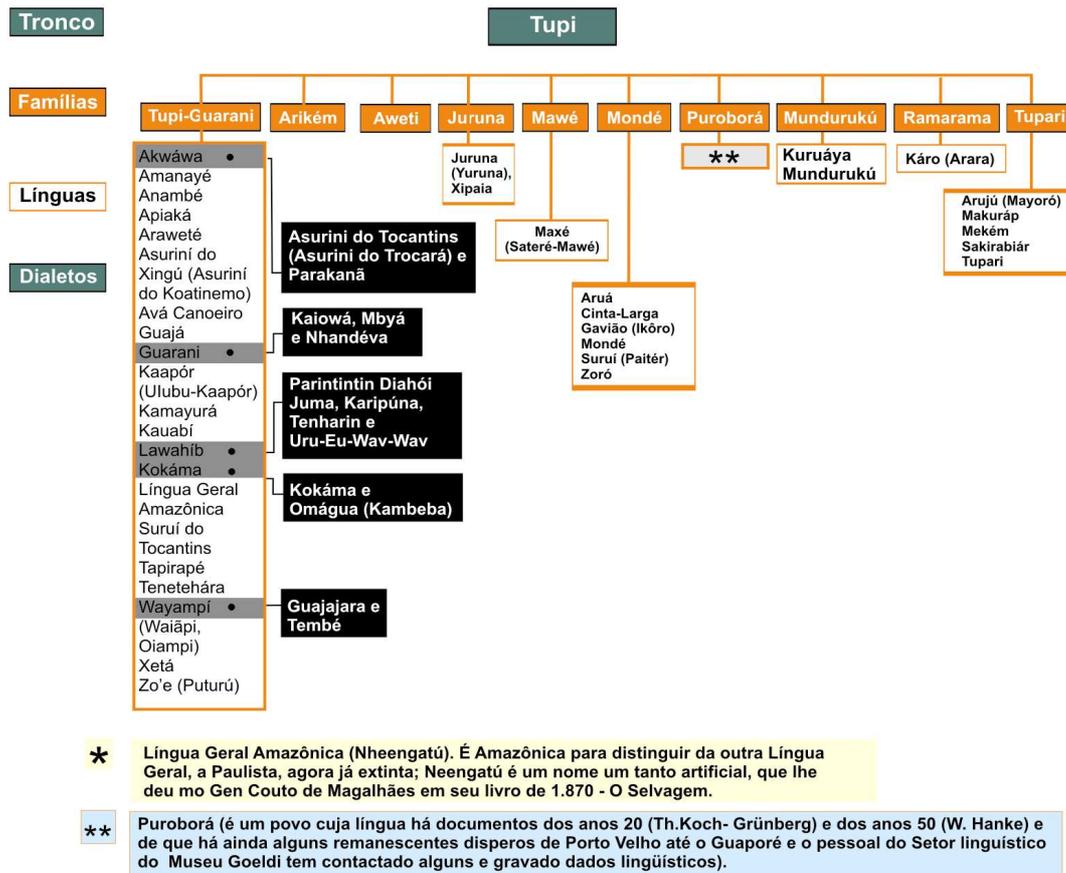


Figura 9 – Tronco Tupi | Fonte: TEIXEIRA, Raquel, 2003.

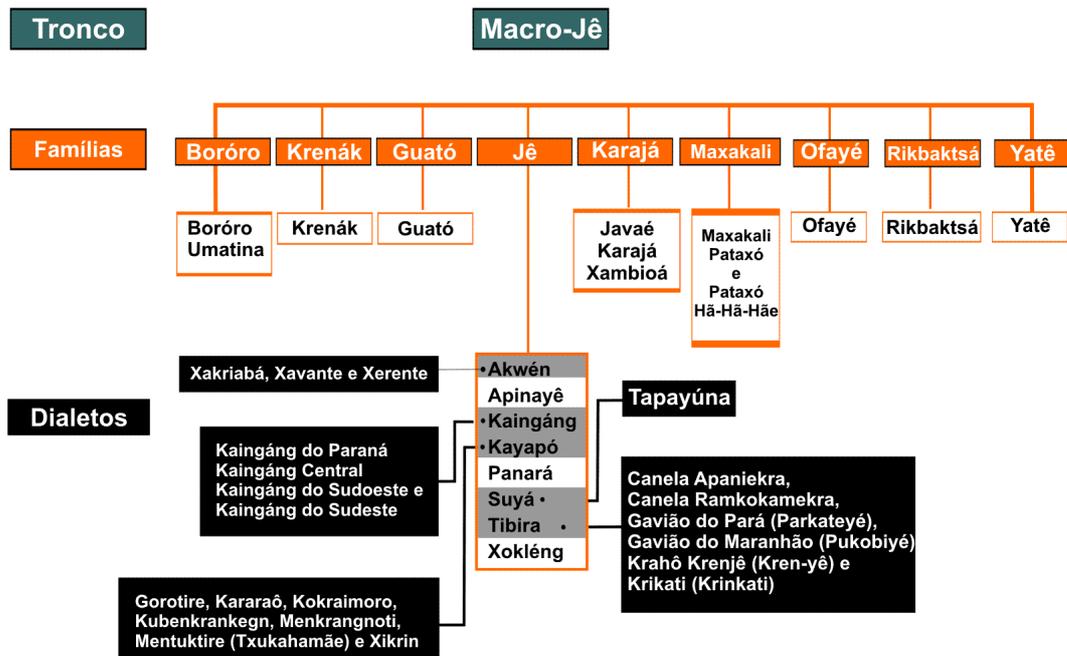


Figura 10 – Tronco Macro-Jê | Fonte: TEIXEIRA, Raquel, 2003.

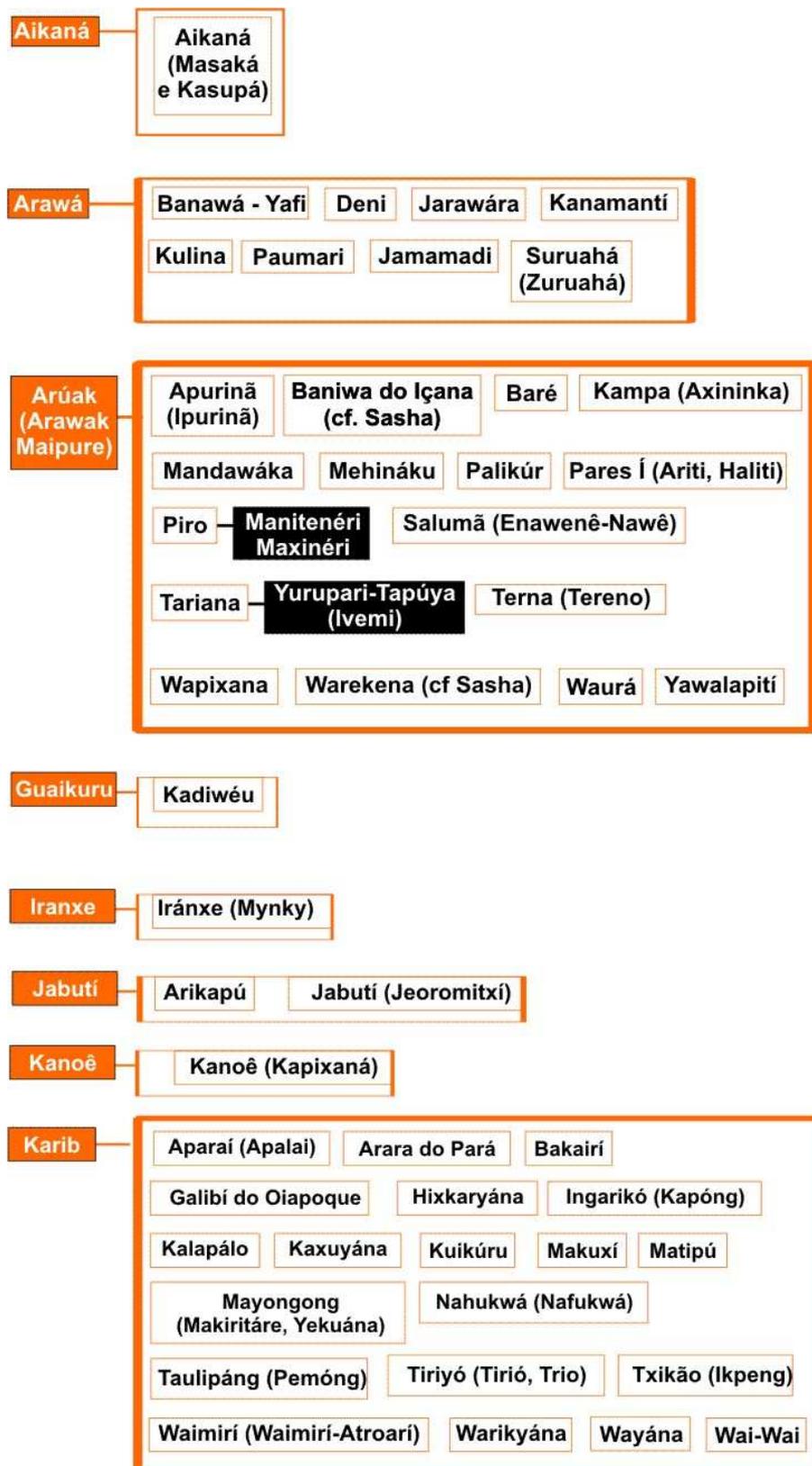


Figura 11 - TEIXEIRA, Raquel, 2003.

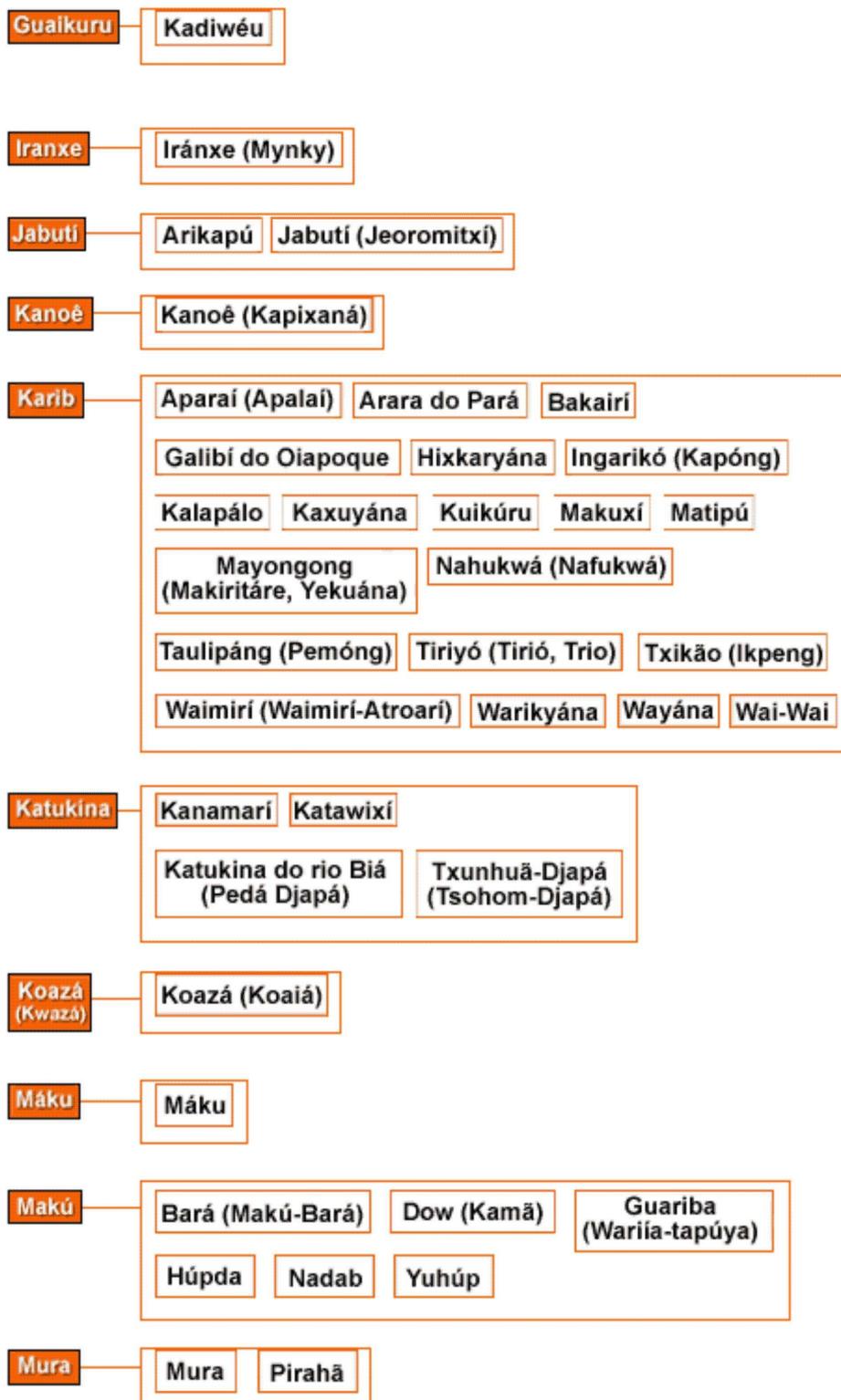


Figura 12 - TEIXEIRA, Raquel, 2003.

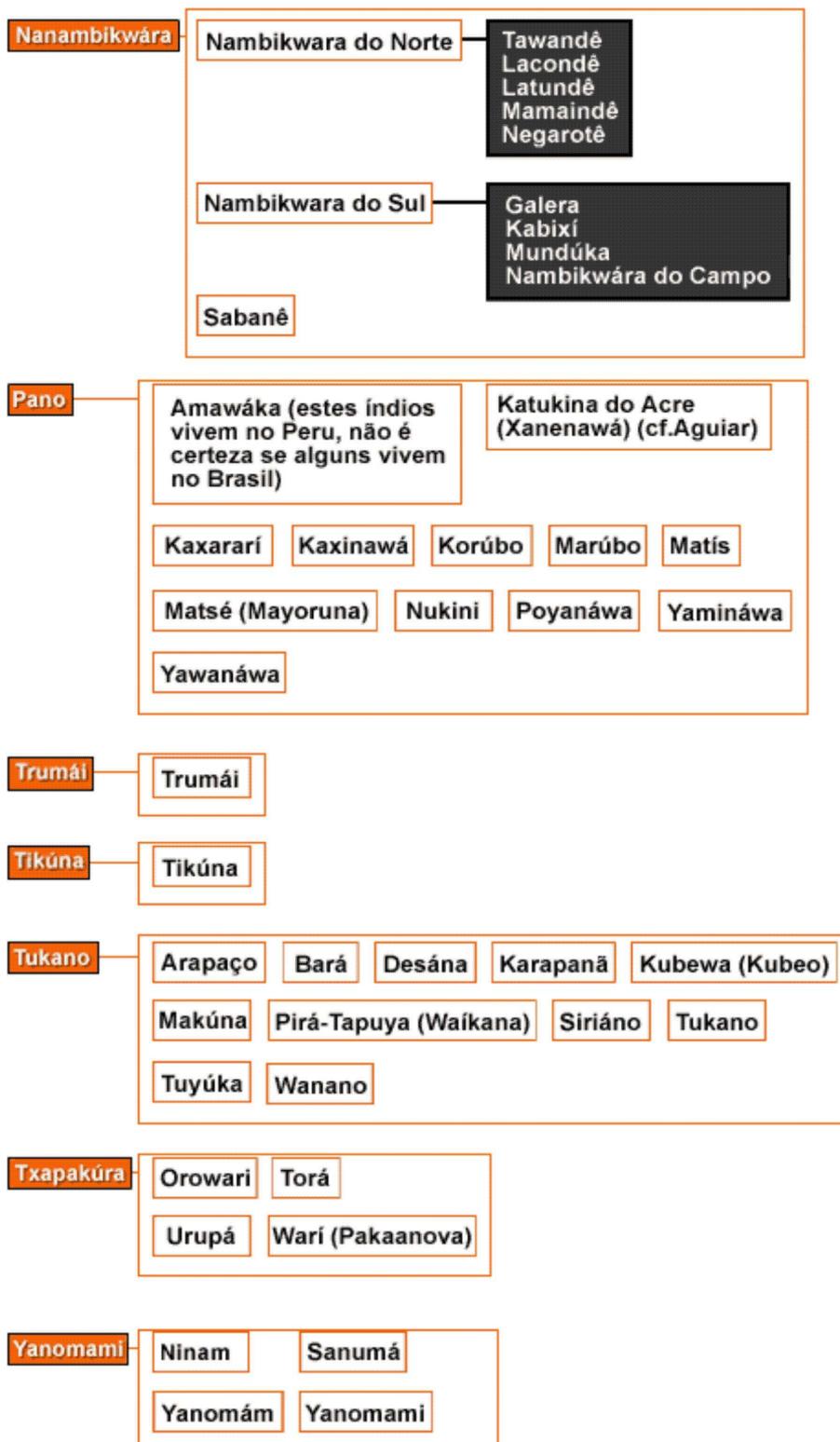


Figura 13- TEIXEIRA, Raquel, 2003.

### 3.2. O povo Guarani no Brasil

Os Guarani formam um conjunto de populações de matriz cultural Tupi, mais especificamente vinculados aos povos Tupi Guarani. A gênese da cultura dos Guarani está situada em algum lugar da bacia dos rios Madeira- Guaporé, no sudoeste da Amazônia. Em processo de contínuo crescimento demográfico e de ocupação territorial, expandiram-se para o sul, conquistando paulatinamente uma vasta área composta por partes do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Argentina (NOELLI, 1999, p.247).

Segundo Branislava Susnik (1994):

“Os proto-Tupiguarani costearam a zona da bacia do rio Madeira e penetraram (por via fluvial) até as cabeceiras dos rios Tapajós e Xingu para formar um segundo núcleo dispersivo na região do alto rio Araguaia e rio tapajós (SUSNIK 1994). Espalharam-se pelo sistema fluvial Paraná Paraguai Uruguai, pela costa Atlântica adjacente e bacias dos rios costeiros, onde estabeleceram, no litoral catarinense, os primeiros contatos como os europeus” (in GUIMARAENS, Dinah, 2003).

Na época do descobrimento, os Guarani habitavam a região litorânea no sul do Brasil entre o Rio Grande do sul e Cananéia (SP) e as regiões entre os rios Uruguai, Iguaçu, Paraná (a leste do rio Paraná), Mato Grosso do Sul, oeste de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraguai, norte da Argentina e Uruguai.

Já no século XVII grande parte da nação Guarani se encontrava submetida às reduções jesuíticas. Foram localizadas reduções nas margens dos rios Paranapanema, Pirapó, Piquiri, Tibagi e Ivaí. Na época, na área do atual estado do Paraná foram fundadas as missões jesuíticas de nossa senhora do Loreto, Santo Inácio, São Francisco Xavier, Encarnação, São Pedro e Santa Maria. Considerável a fração de reduções também coube ao Rio Grande do sul: São Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São Miguel, São João Batista e Santo Ângelo foram as mais representativas do domínio jesuítico na região. (SIMÃO, 2003).

O séc. XIX consolidou a ocupação do Brasil meridional. A migração européia ocupou o sudoeste e do sul do país. Levas de migrantes alemães, italianos e poloneses bem como árabes e orientais, deixaram seus países de origem pelas mais diversas razões, por perseguições políticas e religiosas ou pela esperança de melhor qualidade de vida no continente americano.

Neste contexto, os Guarani foram mais uma vez expulsos de seus territórios tradicionais. Inicialmente circunscritos a determinadas áreas de florestas, foram empurrados para o interior, perseguidos e reduzidos a pequenos grupos.

Souberam, no entanto, manter seus hábitos imemoriais: falam a língua Tupi e guiam seus atos cotidianos por preceitos de forte espiritualidade. Formam atualmente a maior etnia indígena do Brasil em população, com cerca de 40 mil índios subdivididos em três grupos lingüísticos: *M'byá*, *Nhandeva* e *Kaiowá*, distribuídos pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro (CARLOS, Alberto, 2000 apud SIMÃO, Lucieni, 2001 in GUIMARAENS, Dinah, 2003, p.101).

Hoje, os Guarani são um dos mais numerosos grupos indígenas sul-americanos e se distribuem por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. No Brasil, a população é superior a quarenta mil pessoas.

Os Guarani são freqüentemente denominados pelo termo *Nhandeva*. Tal confusão decorre do fato de que, quando perguntaram aos Guarani o que eles eram, eles responderam “*Nhandeva*” ou “a própria pessoa”, “nós mesmos”.

A fixação das aldeias no litoral se insere em uma dinâmica própria da nação Guarani, norteadas pela busca da “terra sem males” (espaço mitológico onde há fartura). Para eles, as terras do leste foram habitadas por seus antepassados constituindo seus *tekoa* – lugar onde é possível manifestar sua verdadeira maneira de ser. A escolha do local para a fundação da aldeia Guarani obedece a preceitos tradicionais e a condições físicas (geográficas e ecológicas) para um *tekoa*: água limpa, área de mato, certo isolamento e terra boa para plantar.

Darcy Ribeiro, em *Os Índios e a Civilização* (1970) constata que os grupos voltaram a se deslocar em grandes levas em direção ao litoral atlântico. Eram liderados por religiosos que, baseados em revelações, previam o fim do mundo e tentavam salvar seu povo levando-os à procura da “terra sem males” um paraíso, além-mar.

Segundo os Guarani *Nhandeva*, o motivo pelo qual migraram eram as revelações, não porque o mundo fosse acabar, mas sim porque previam que aquele local não era o ideal para habitarem. Previa eles que, como, infelizmente o tempo confirmou, chegariam garimpeiros, fazendeiros ou posseiros em busca das

terras que ocupavam ou qualquer outra coisa que atrairia desgraça a seu povo. Por esse motivo, os Guarani estavam e sempre estarão em busca da “terra sem males”.

Muito se falou e escreveu sobre a demografia e os deslocamentos indígenas ao longo do território nacional desde a época da conquista. O grupo Guarani figura na literatura etno-histórica e antropológica como o mais numeroso e o que mais recebeu influência da matriz européia. Conforme Simão:

“Se a postura revisionista por um lado, torna-se enfadonha, pois falar em demografia e deslocamento é tocar em um ponto delicado uma vez que o caráter desigual das fontes históricas e a imprecisão das variáveis tornam a tarefa árdua, por outro entender seus processos históricos, a inflexibilidade de seus comportamentos pretéritos e suas mentalidades são atitudes imprescindíveis para que se possa compreender sua alteridade e riqueza cultural”. (SIMÃO, 2003).

Diversos autores indicam o problema do caráter desigual das fontes coloniais, o que limitaria o alcance da demografia histórica. Há que se considerar muitas variáveis como o tamanho dos aldeamentos no período pré e pós-colonial, os deslocamentos e a interiorização dos grupos, a captura e o extermínio, etc, o que impossibilita a reconstituição do território Guarani às vésperas da conquista. Mesmo assim, alguns autores se aventuraram a estimar sua população e seu território contíguo. Segundo os cálculos de Heming (apud SIMÃO, 2003, p.12), a população Guarani, em 1500 era de 258 mil índios. Esses dados são bastante modestos se comparados aos modelos de regressão estatística desenvolvidos por Clastres. Ao utilizar-se dos relatos de viajantes do século XVI, Clastres (apud SIMÃO, 2003, p.12), projeta para o território Guarani de 2350 mil km<sup>2</sup>, um total de um milhão e quinhentos mil índios.

### 3.2.1. Estrutura do Universo Guarani

Para finalizar este item sobre os Guarani no Brasil é necessária a compreensão da estrutura do universo na concepção indígena. Para eles o universo é circular e constituída por três níveis imaginários (VARA, 1984). Tais níveis complementares estruturam o universo social e a visão de mundo indígena, tornando possível a transformação do tabu divino de *Nhaderú* em um totem humanizado, por meio do papel de mediador a ser exercido pelo xamã ou pajé (GUIMARÃES, 2003, p. 89).

## 1- Nível Superior

A cosmologia xamânica guarani define o nível superior, o paraíso ensinado por *Namandu Rú Eté* (paraíso de nosso pai), situado ao alto e acima do Norte, sendo sustando pelas Colunas do Paraíso. Contam as lendas Guarani que *Nanderú* era um Deus que foi mandado à terra por seu pai. Aqui chegando, apaixonou-se por uma índia e com ela se casou. Quando a índia estava grávida de seu primeiro filho, *Nanderú Karai Papá*, pai de *Nhanderú*, chamou-o ao Paraíso para saber sobre sua missão na Terra. *Nhanderú* então combinou com sua mulher que iria sozinho e viria buscá-la depois, ou ela teria que encontrá-lo no paraíso. Dessa forma nasceu o primeiro *Khuarahy*, primeiro Guarani filho de *Nhanderú* e uma terráquea.

*Nhanderú* criou a primeira terra, sustendo-a com quatro colunas ou varas-insígnias, que asseguraram sua estabilidade. As varas representam um emblema do poder de Deus, a um tempo gerador e normatizador, resultante do deslocamento do elemento falocrático (do pai) para a esfera do sagrado. Na cerimônia de iniciação masculina Guarani, perfura-se o lábio inferior do jovem para a imposição do *tembetá* um pequeno toco de pau de mais ou menos 10 cm da largura que representa um órgão viril oculto, ao mesmo tempo em que simboliza o raio mítico benéfico, sobre o qual cavalga montado o Deus Tupã.

A aquisição do *tembetá* converte o indivíduo na esfera social, em varão adulto, valorizado e apto a desempenhar plenamente as suas potencialidades masculinas: caçador, guerreiro, pai ou xamã. Os elementos instrumentais básicos que acompanham essas funções masculinas – arco, flecha, garrote, vara – são usados em cânticos e mitos, como metáforas ou substitutos do pênis.

Assim, a estrutura imaginária do universo guarani pode ser interpretada como falocêntrica, construindo-se a partir da valorização inconsciente de tudo que é masculino, criando uma ordem vertical do mundo, identificada com a estrutura patriarcal da sociedade Guarani: o deus, pai absoluto e todo poderoso, em cima e o indivíduo terreno mortal armado de atributos divinos embaixo. A morte, as sensações de vôo do xamã e as viagens oníricas da lama constituem ocasiões em que se concretiza a ascensão ao Paraíso, equilibrando o fluir que define a cultura Guarani: quando uma desce, outra sobe.

Ao ser destruída esta primeira terra, os homens virtuosos se elevarão ao céu onde conservarão sua aparência, enquanto os transgressores das leis divinas serão transformados em seres irracionais. Os animais que agora vivem sobre a terra não são mais do que imagens dos protótipos celestes, isto é, dos homens transformados em animais e dos animais que, desde sua origem, assumiram a forma atual. O criador antes de retirar-se novamente para o paraíso encomendou aos grandes deuses criados, e não engendrados, o cuidado com a Terra.

*Karai*, Deus do fogo, foi encarregado de crepitar as chamas, os troncos que se escutam no Oriente, principalmente na primavera e que inspiram fervor aos homens. Esse Deus e sua consorte enviaram as palavras almas aos homens e mulheres que carregam o nome sagrado de senhores donos das almas. A *Jakaíra*, o criador conferiu o mando de neblina vivificante para que os homens e mulheres enviados por ele e sua consorte fossem os Donos da Neblina, que outorga sabedoria e poder para conjurar malefícios. A *Tupã*, Deus das águas e sua esposa encarregou da chuva e do granizo que dão temperança e moderação aos seus filhos.

## 2- Nível Intermediário

No nível intermediário, situado entre o norte e o sul, aparece o centro da terra, tendo o lado esquerdo (oeste) a morada do *Karai* e do lado direito (leste) a morada de *Tupã*. *Tupã* e *Karai* são deuses secundários que outorgam sentido sagrado à existência e permitem o retorno de *Namandú Rú Eté*.

As figuras de *M'bya Pochy* e outros representantes do mal (gênios telúricos, jaguares e Añag, a anticultura) ameaçam por sua posição marginal, de caos e maldade, a existência da cultura e do mundo. Essa presença maléfica se manifesta na terrível força anticultural aplicada ao indivíduo, bem como ao cosmos inteiro, concebido como espiritualizado e podendo sofrer ataques furiosos como eclipses, tormentas, secas e inundações.

As palmeiras situadas no norte, oeste, centro da terra, leste e sul constituem elementos externos que sinalizam e fixam a terra. Concebidas como árvores sagradas, representam caminhos de ascensão ao paraíso. No plano da subsistência, as palmeiras pindoba constituem uma fonte básica de recursos, sendo delas retiradas as palhas para cestaria e madeira para a arquitetura guarani. No plano mitológico, surgem como símbolo do elemento masculino sagrado: no centro da terra há o umbigo do mundo, lugar onde *Khuarahý* foi concebido e onde se ergue uma palmeira eterna, junto a uma fonte de água. A vegetalização da sexualidade sagrada emblematiza eternamente a conjunção dos genitais masculinos e femininos na concepção do Deus Sol – homem sobre a terra.

### 3- Nível Inferior

O nível inferior corresponde ao xamã e ao excesso ao mundo subterrâneo da cosmologia xamânica. O xamã funciona como potencializador da capacidade de viajar para o mundo dos espíritos representando, ao mesmo tempo, a fundação da ordem exogâmica, a partir do tabu do incesto e da estruturação do parentesco e dos vínculos sociais (VARA, 1984).

O xamã é o articulador entre a alma divina e a alma animal, estabelecendo uma conexão direta dos Guarani com o sagrado e a natureza. No pólo inferior e oposto a *Ñamandú*, indicando o índio mítico e bravo, o homem de unha, habitante do mundo subterrâneo. *Avá* simboliza, igualmente, os animais guardiões de cada guarani, que só serão revelados no transe xamânico. O poder de xamã decorre *do maná* que determina graus de intensidade na posse de sua força espiritual.

Desde *Ñamandú*, o absoluto, até a criança recém nascida que recebe sua palavra-alma no momento da imposição do nome pelo pajé ou xamã, distribui-se uma quantidade decrescente de força sagrada que, ao longo de sua vida, o indivíduo poderá fortalecer, debilitar ou perder. Nesse sentido, o homem –alma constitui a base do sistema classificatório Guarani, aquilo que Lévi-Strauss chamou de superação do caos por meio da “classificação no nível das propriedades sensíveis” (Lévi Strauss 1962, p.30), e que representa uma etapa em direção a uma ordem racional.

Essa distribuição decrescente da força sagrada estabelece uma ordem hierárquica meticulosamente definida no universo inteiro, determinando o poder dos xamãs em relação a outros xamãs e sua comunidade. Estabelece igualmente o

poder familiar do pai, ao penetrar pela moleira do recém nascido na cerimônia de imposição do nome pelo pajé, determinando suas inclinações espirituais positivas e o condicionando para seu futuro social e familiar.

Segundo Lucieni (SIMÃO, 2003) :

“Os Guarani acreditam que certos animais - como o beija-flor e vegetais como o cedro estão revestidos de força sagrada. Como tais são venerados e a eles são atribuídos espírito e poder. Também a arquitetura Guarani revela a influência potencializadora e ordenadora do sagrado: a casa de reza (*opy*) centraliza em seu redor as habitações e um de seus extremos encontra-se aberto na direção do oriente, por onde entra o sol (*khuarahy*) a cada manhã. Em síntese, o universo inteiro, e com ele a própria sociedade, estrutura-se hierarquicamente tendo como base as forças sagradas, outorgando-se dessa maneira, todo o poder à ideologia mítico religiosa e à estrutura social que a detém”.

Os xamãs insistem que, ao desaparecer o fervor religioso, a sacralidade do mundo se desvanece, os deuses não mais enviam suas palavras-almas, a terra se cansa e logo se pode esperar a consumação do fim. Ao mesmo tempo, é indubitável que o *maná* fortalece um universo simbólico que não toma sua forma da força em si, mas se baseia no andaime simbólico do universo Guarani extraído da estrutura de parentesco. A família extensa, centrada na figura do pai, serve de modelo inspirado à concepção de mundo hierarquicamente ordenada, de forma dinâmica e dialética.

### 3.3. Os Guarani *M'byá*

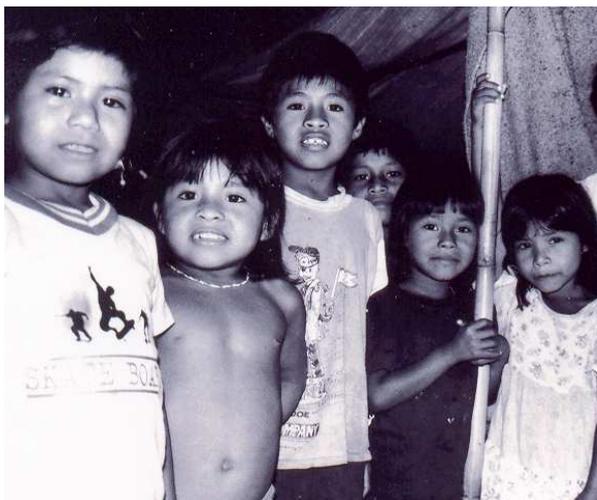


Figura 14 - Crianças *M'byá* da aldeia de Itatins (Paraty-Mirim) | Foto: Cláudio (ONG Imagem e Cidadania).

Por meio dos documentos disponíveis é possível traçar duas rotas de penetração dos *M'byá* em território nacional: uma, da Argentina, que adentrou o

território brasileiro pelo Rio Grande do Sul e que mais tarde se deslocou para o norte, formando os aldeamentos do Rio Branco, em São Paulo, Boa Esperança, no Espírito Santo, e Boa Vista em Ubatuba (SP); e outra, que do Paraguai atingiu o estado do Paraná, onde formou vários aldeamentos: Palmeirinha, rio das Cobras, etc, e que, mais tarde, seria responsável pelo grosso da população *M'byá* dos aldeamentos de São Paulo e Rio de Janeiro (Ladeira & Azanha, 1988).

A saga dos *M'byá* começou com as reduções das Missões Jesuíticas, por volta de 1.700. Os Guarani viveram 150 anos nessas missões, tendo se dividido em dois grupos: um que se fundiu como a população do Paraguai e outro que foi para dentro da mata, juntando-se aos grupos ainda independentes.

Esse grupo que se refugiou nas matas era chamado pelos soldados de *M'byá* (selvagem), porque seus integrantes se recusavam a se juntar aos outros da cidade. Essa é uma das classificações que os antropólogos dão aos Guarani. Segundo esse povo, no entanto, *M'byá* significa qualquer outro índio de outra nação, e eles mesmos se consideram *Guarani Nhandeva Tambeopé* porque sempre usaram tanga para cobrir as partes íntimas.

Miguel Venites, cacique e líder religioso, juntamente com a sua esposa *Tatâentý Ywaraté*, já vinham com seu grupo, desde o estado do Rio Grande do Sul, à procura do paraíso. Deixaram o Posto Indígena de Guarita ainda na década de 40.

E foi justamente esta mobilidade dispersiva dos Guarani *M'byá* que significou a resistência etnocultural diante de vários modelos de política indigenista que favoreciam a desestruturação social, a exploração do trabalho indígena, a despovoação indígena e a perda de valores tradicionais. Segundo Lucieni Simão (2003):

“A busca da terra boa, transubstanciada em terra sem mal de inspiração profética, organiza a visão de mundo Guarani. Deslocar, resistir, transubstanciar, mais que palavras que denotam ação, representam valores capazes de manter sua identidade e sua coesão grupal” (SIMÃO, 2001, in GUIMARAENS, 2003, p.102).

Dessa forma, com relação aos deslocamentos de inspiração profética que marcam os diversos níveis de contato, sejam das populações Guarani que vieram do Paraguai meridional, atravessando o oeste dos estados brasileiros de Santa Catarina e Paraná, sejam os mais recentes, que chegaram o litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, interessa-nos compreender os significados e os sentidos das

migrações para a manutenção da língua, dos rituais sagrados e da profunda espiritualidade que pauta o modo de ser guarani. Outro fator de entendimento da identidade Guarani *M'byá* é a sua maneira *sui generis* de ocupar o território. Segundo Lucieni Simão:

“O conceito de território supera os limites físicos da aldeia, já que nele estão compreendidos todos os espaços utilizados que interferem em seu modo de vida, como as matas e os rios que passam pelas aldeias” (SIMÃO 2003, p.104).

São as redes de reciprocidade, mantidas por alianças estabelecidas entre as famílias extensas que sustentam e sedimentam as relações intra-étnicas. A comunicação entre as aldeias é inerente à própria vida de seus integrantes.

Assim, os atuais aldeamentos do litoral paulista de Itariri, Rio Branco, Rio Silveira, Boa Vista (Promirim), os do planalto paulista, como M'Boi Mirim, Morro da Saudade, Crucuto e Jaraguá, além de Itatins, Paraty Mirim, Araponga (no Rio de Janeiro) e Boa Esperança (no Espírito Santo), constituem espaços de aliança e definem sua mobilidade e o sentido da ocupação espacial para a reprodução física e cultura Guarani.

Segundo Lucieni (SIMÃO, 2003), a principal preocupação dos índios locais diz respeito a garantia de poderem continuar vivendo em suas terras, condição primeira para lutarem por sua sobrevivência e sua cultura. A terra é, para os guarani, uma produção divina capaz de abrigar todos os seres inclusive os não guarani. Cabe aos Guarani um espaço diferenciado daquele destinado aos *juruá* (brancos). O espaço Guarani deve ser abundante de recursos necessários ao seu modo de ser. Em seu entendimento, áreas desmatadas ou com características ecológicas distintas (campos, cerrados, etc.) são divinamente atribuídas a outras sociedades. Assim, os guarani reconhecem o direito divino de uso e ocupação da terra por outros grupos, inclusive pelos regionais embora não aprovelem seus métodos de utilização do solo.

Os Guarani tradicionalmente compartilharam seu território desde tempos imemoriais com outros povos indígenas, como os *Kaigang*, *Charrua* e *Xocleng*, já que em sua cosmovisão, os deuses haviam criado a terra para eles, representando seu uso por outros povos algo secundário. Não poderiam jamais entender, portanto, o devastador uso da terra por parte dos imigrantes brancos, com a morte de plantas e animais nativos para a introdução de novas plantas e novos bichos

pela mão humana. O povo Guarani, de senhor primordial, de vasto território e cultura passou a receber pequenos pedaços de terra onde foi confinado, sem nunca haver se integrado totalmente à sociedade mais ampla.

Em seu ponto de vista, não é lícito disputar territórios já que não reconhecem a propriedade de uma pessoa sobre a terra, dádiva divina (SIMÃO, 2003). Em contrapartida, esperam o reconhecimento também de seu direito à terra, que pensam ser, com ou sem razão histórica, anterior e primeiramente Guarani. Para os guarani “*Nhanderú*” deixou esses lugares como nosso nome, e é assim que os *juruá* (brancos) chamam. Logo, aquele lugar visado pelos *M’byá* para construir seu *tekoa* deve ter mato, água, pedras e deve permitir que eles mantenham certa distância (não necessariamente física) dos jura, sendo que no fim, serão “belas palavras” ouvidas pelo *Nhanderú* que determinarão a fixação do grupo Guarani em determinado lugar.

Quando os *M’byá* se referem à Serra do Mar como terra boa, querem com isso dizer que nessas áreas é possível viver reproduzindo seu modo de vida.

Segundo levantamento do Museu do Índio (1993) in GUIMARAENS, 2003, são estas as principais aldeias do litoral e do planalto paulista, núcleos Guarani importantes para a dinâmica dos grupos:

***Aldeia Barragem (Morro da Saudade):*** aldeamento datado do início do século XX localizado na região sul do município de São Paulo, junto à represa Billings no bairro Barragem, distrito de Parelheiros, São Paulo. Dista de cinco a seis horas de caminhada da Serra do Mar. Insere-se na rota que conduz os grupos Guarani do litoral sul às aldeias do planalto paulista e vice-versa, possuindo, por isso, alta densidade demográfica. A grande maioria dos *M’byá* das outras aldeias do litoral, ou mesmo das localidades no Paraná em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, passa temporadas na aldeia Morro da Saudade, de onde os índios partem diariamente para o centro de São Paulo a fim de vender sua produção artesanal.

***Aldeia Crutucú:*** situada a cinco quilômetros da aldeia Barragem também à margem da represa Billings é um prolongamento do *Tekoa* “Morro da Saudade”.

***Aldeia M’Boi Mirim:*** localizada a sudoeste do município de São Paulo, no quilômetro 30 da estrada de M’Boi Mirim, próximo à divisa de Itapecerica da Serra. Abriga famílias *M’byás* vindas do Paraná e do litoral paulista. Por estar situada em uma região de fácil acesso e próxima a Santo Amaro, as terras que ocupa têm sido objeto de tentativas de invasão. Vivem da confecção de artesanato mantendo comércio do centro de Santo Amaro.

***Aldeia do Jaraguá:*** situada na região noroeste de São Paulo à marca da estrada de Jaraguá, a quatro quilômetros do Pico de Jaraguá, a aldeia se encontra na região envoltória do parque estadual do Jaraguá tombado pelo conselho de desenvolvimento do patrimônio histórico, turístico, arqueológico e artístico.

**Aldeia do Rio Branco:** localizada entre Itanhaém, São Paulo, e São Vicente, dista 15 km do mar, no vale do Rio Branco próxima das fazendas de banana. A notícia da foração da aldeia é do início do séc. XX.

**Aldeia de Itariri:** localiza-se junto à serra dos Itatins, às margens do rio Azeito, a 10km do centro de Itarir, pequena localidade a aproximadamente 25 km de Peruíbe. *Itariri* se caracteriza como importante núcleo político entre as demais aldeias Guarani.

**Aldeia do Rio Silveira:** entre São Sebastião e Santos, em Barra do Uma, há cerca de 10 quilômetros da rodovia Rio-Santos. A área ocupada pelos Guarani abrange as cabeceiras dos ribeirões Silveira, Vermelho, Uno e Cachoeira do Anta. Foi, durante as décadas de 40 e 50 a mais populosa aldeia Guarani do litoral, abrigando a maior parte dos *M'byá* de *Nandeva* vindos do sul. Observa-se atualmente a presença de *M'byá* e *Nhandeva* vindas das aldeias da Barragem, *M'Boi Mirim*, Boa Vista e Bananal. (GUIMARAENS, p. 106).

### 3.4. Os *M'byá* do estado do Rio de Janeiro



Figura 14 – Aldeias *M'byá*s do estado do Rio de Janeiro | Fonte:<  
<http://www.nhandeva.org/aldeias.htm>>

Os Guarani do Rio de Janeiro sobrevivem basicamente do artesanato. As terras demarcadas pelo governo para essas populações são de baixa qualidade para o plantio. O que se planta na aldeia é utilizado para o próprio consumo e essas plantações são basicamente de mandioca, milho e batata doce. No artesanato encontram-se os trabalhos produzidos principalmente pelo trançado onde se fazem as cestarias, o chocalho, arco e flecha, etc. Esculturas de madeira

reproduzem os principais animais da Mata Atlântica, onde os *tekoa* (aldeias) ficam situados.

Acreditando em *Nanderú-eté* (Deus), *Nhamandú* (Sol), *Tupã Kwerý* (entidades de luz) e *Dja-kaíra* (entidade de cura), os Guarani constituem um grupo pacífico que, historicamente, foi indevidamente classificado como nômade. As migrações representam uma marca característica do povo Guarani desde o período pré-colombiano, ocorrendo no território denominado *Tekoa Guassý*. Na cultura Guarani, a grande caminhada ou “*o guarata*” apresenta um cunho religioso e é provocada pela busca da “terra sem males”, cujo portão de acesso estaria localizado em um lugar a ser por eles alcançado. (GUIMARAENS, 2003, p.28)

É o líder espiritual quem guia o grupo. A revelação da direção a tomar se dá por meio dos sonhos, do contato com os espíritos antepassados e da vivência resultante dessa relação. Tais sinais, por assim dizer, são encontrados na fauna e flora da Mata Atlântica no encontro do rio como o mar e até mesmo antigas ruínas. Esses seriam os principais indícios de que estariam percorrendo o caminho revelado por *Nhanderú* (Deus supremo que fornece aos guarani os instrumentos necessários para levar perfeição ao mundo).

É nesse aspecto da cultura que se encontra a razão da caminhada com início em 1940 liderada pela líder religiosa *Tatãntý*, bisavó de *Werá Djekupé*, partindo dos estados do sul do país até o Espírito Santo, onde os Guarani pararam por ter finalmente encontrado a “terra sem males”. Nessa caminhada, foram sendo criadas aldeias nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em locais onde *Tatãentý* parou para descansar, como é o caso do *Tekoa Itaxi* em Paraty Mirim.

Segundo o educador *M’byá* bilíngüe Marcelo Oliveira da Silva (in GUIMARAENS, 2003, p. 110), os Guarani foram seguindo sempre rumo do litoral, de onde pudessem observar o mar e chegaram a Pelotas (RS). Ele relata que a forma que encontraram para sobreviver durante as caminhadas foi através da venda do artesanato. Quando os Guarani chegaram em São Paulo, a marcha foi interrompida por elementos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que os conduziram para Itariri, onde ficaram por mais de 10 anos.

Ainda segundo o educador, inconformado com a violenta interrupção de sua marcha religiosa, Miguel Venites resolveu retornar ao litoral, porém algumas pessoas do grupo resolveram ficar e o clã, que antes era composto por 48 índios passou a ter 20. Venites, já velho e doente não resistiu ao reinício da jornada e

morreu quando o grupo se aproximava do litoral, em Silveira no Estado de São Paulo (in GUIMARAENS, 2003, p. 114).

Pressentindo seu próprio fim, pediu a sua esposa que buscasse “a terra sem males”. Os Guarani, então, foram para Paraty (RJ) onde permaneceram cerca de seis anos. Segundo *Tatãentý*, eles demoraram seis anos por lá por causa de seu segundo casamento. Seu novo marido, *Kwaráú Tudjá* não queria abandonar o lugar, pois viviam relativamente bem.

Mesmo assim, *Tatãentý* resolveu prosseguir sua caminhada sem ele, segundo relata Marcelo (op.cit acima):

“ Os Guarani demoraram mais alguns anos até chegar em Caieiras Velhas, Santa Cruz (ES), onde encontraram os *Tupinikim*. Eles ficaram ali de 1962 a 1970. Entre 1966 e 1970, repartiram o espaço com a empresa Aracrus celulose, que passou a ocupar todo o território indígena.

Os Guarani do Espírito Santo percorreram o litoral capixaba. A FUNAI os conduziu para a fazenda Guarani, reserva indígena que ainda existe em Carmésia (MG), porém a líder queria dar continuidade a busca da terra sem males e continuou sua caminhada.

Em 1976, retornaram a Caieiras Velhas, fundo da vigilância da FUNAI. Quando chegaram, as terras indígenas não existiam mais. Encontraram alguns peões da Aracruz Celulose e seu segundo marido que havia ficado em Paraty. Por meio de suas revelações em 1978-79, *Tatãentý* resolveu abrir uma mata para construir sua aldeia, à qual deu o nome de *Tekoa Porã* (Boa Esperança). Essa aldeia se situava um pouco mais distante de Caieiras.

Algum tempo depois, as terras dos *Tupinikim* e dos Guarani foram demarcadas como área conjunta. A Aracruz Celulose, contudo, ainda ficou com boa parte das terras, alegando que o governo as teria vendido e que devolvê-las causaria prejuízo à empresa. Em 1998 o caso foi parar no tribunal e a empresa teve que negociar devolvendo parte das terras e assinando um acordo para liberar verbas para projetos indígenas durante 25 anos como indenização”. (GUIMARAENS, 2003, p.114).

Em 1993 morreu o cacique *Kwará Tudjá* com 125 anos. Um ano depois morreu *Tatãentý Ywareté* e com isso toda a aldeia de *Tekoa Porã* (Boa Esperança) ficou desnordeada. Três anos depois, a aldeia começou a se levantar novamente, e hoje sua filha *Keretxú Mirí* passou a ocupar o lugar da mãe na liderança da tribo.

Nosso imaginário está repleto de imagens e representações culturais construídas a partir de nossa experiência colonial. A cidade de Paraty, espremida entre o mar e a montanha e com um representativo conjunto de edificações do período colonial, é um belo exemplo disso.



Figura 15 – Crianças indígenas da Aldeia de Itatins durante apresentação na abertura da exposição “Arte M’byá: Guarani do Rio de Janeiro” em janeiro de 2005 | Foto: José Francisco.

O que distingue Paraty das demais cidades fluminenses é a manutenção de um núcleo histórico com características arquitetônicas constituídas basicamente entre os séc. XVII e XVIII. São poucas as cidades brasileiras que mantiveram as características homogêneas em seu patrimônio artístico e arquitetônico. A razão para tal “engessamento” está ligada a um longo período de decadência, decorrente de mudanças no eixo do ciclo produtivo.

Segundo Lucieni (SIMÃO, 2001), oficialmente erigida em 1667, a região era originalmente ocupada pelos índios Goiana, que tiveram o mesmo triste destino de tantas outras etnias: foram aprisionados, escravizados e exterminados pelos colonizadores.

Importante entreposto comercial, por constituir passagem para o interior de Minas, Paraty se encontrava em plena prosperidade no séc. XVIII. A descoberta de mercado de trocas trouxe alguma riqueza e *glamour* ao modo paratiense de viver. Posteriormente, a produção de aguardente e o escoamento do café, produzido pelo Vale do Paraíba, permitiram à cidade superar as dificuldades advindas do fim do ciclo econômico do ouro.

Em fins do século XIX e início do XX, Paraty perdeu seu lugar na economia local e nacional e entrou em profundo ostracismo. Para alguns historiadores (SOUZA, 1994 apud SIMÃO, 2003 in GUIMARAENS, 2003, p.103), entretanto, foi isso que lhe permitiu manter suas tradições e manifestações culturais. No séc. XX, a região voltou a ser ocupada por grupos indígenas, quando os Guarani *M'byá* ao se deslocar da região sul do país em diversos ciclos migratórios na década de 1940, estabeleceram-se em três aldeias: Sapukai, Itaxi ou Itatins e Araponga.

Segundo o relatório de Lucieni apresentado à FAPERJ (SIMÃO, 2001), historicamente, os Guarani sempre tiveram intensa ligação com os rios e o mar, mas ao longo dos anos, sempre pressionados pela colonização foram forçados a deixar o mar e habitar o interior. Talvez tenha sido esse o motivo de as migrações *Guarani M'byá* do séc. XX tomarem a direção do leste. Ao perceberem, nos interstícios das relações com a sociedade envolvente, a possibilidade de fundar novas aldeias com base nos preceitos míticos que guiam suas ações cotidianas, chegaram ao litoral sul fluminense em busca da “terra sem males”.

Em artigo recente, Maria Inês Ladeira descreve a dinâmica de ocupação territorial dos Guarani que vivem na região litorânea do Brasil, cuja maioria é constituída pelos *M'byá*, seguidos do *Nhandeva*. Segundo dados da pesquisadora, existem na região costeira do sul e sudeste do Brasil, entre os Estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo, 53 aldeias Guarani e incontáveis locais de parada provisória (LADEIRA, 2000, p.782). Apesar de constituir um número expressivo, a maioria dos aldeamentos Guarani do litoral brasileiro ainda não se encontra regularizada. Somente 13 deles, somando um total de 14.953,89 hectares, estão demarcados e homologados (ibid.).

Segundo Ladeira, as três aldeias do litoral sul fluminenses têm seus territórios reconhecidos e demarcados pelo órgão competente da justiça federal, como descreve a autora:

“A aldeia de *Sapukai*, formada em fins da década de 40 por um grupo *M'byá* procedente da aldeia Palmeira, no Paraná, localiza-se no bico da Arraia, Serra da Bocaina, distrito de *Bracuí*, município de Angra dos Reis (RJ) a cerca de 6 km da BR 101. Formada por 55 casas, é a maior e a mais densamente povoada do estado. A aldeia de Bracuí bem como as duas outras do estado do Rio de Janeiro, foi demarcada no início da década de 1990, quando 223 hectares de terras foram reconhecidos como indígenas e pertencentes ao grupo guarani. Situada em área

montanhosa, na serra da Bocaina, a 600m acima do nível do mar, seu acesso é bastante difícil. Hoje é constituída pelo grupo familiar do cacique Agostinho e de sua mulher Marciana, com cerca de quarenta pessoas entre adultos e crianças.

A aldeia de *Itatins* (*Tekoa Itaxi*), que serviu como campo de pesquisa para esta dissertação, está localizada no distrito de Paraty Mirim, a 14 quilômetros da cidade de Paraty (sentido Ubatuba) foi a terceira a ter suas terras demarcadas. Segundo o educador bilíngüe da tribo, Sérgio da Silva (ou Verá Nhamandú Miri), há muito tempo atrás haviam Guarani neste território que, deixaram a região devido à liberdade de ir e vir da época. Com o passar do tempo, devido aos posseiros, a migração indígena foi ficando mais difícil. Os Guarani resolveram então voltar para a aldeia que foi oficializada e conta atualmente com uma população de cerca de duzentas pessoas distribuídas em 24 casas” (LADEIRA, 2000).

As reservas indígenas do estado do Rio de Janeiro foram criadas a partir de 1991, fixando os Guarani nas terras protegidas pela FUNAI e Ministério da Justiça.

Segundo Dinah Guimaraens o processo ocorreu da seguinte forma:

“ O tombamento da Reserva Indígena de *Sapukai* ou Itatinga em Bracuí (Angra dos Reis) foi recomendado pelo então Secretário de Estado de Assuntos Fundiários à Diretora do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), Dina Lerner, de acordo como o ofício 031/ GAB/ SEAF, de 19 de fevereiro de 1991.

Coube à Secretária de Estado e Cultura Aspásia Brasileiro de Alcântara Camargo, encaminhar o tombamento provisório da Área Indígena Guarani-Bracuí, de acordo com o processo E 28/000.486/91, ao Governador Moreira Franco, que autorizou em 4 de maio de 91, sendo que o tombamento definitivo da Reserva de Bracuí ficou a cargo do representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Marcelo Moreira de Ipanema, em 5 de novembro de 1991. Um convênio firmado em 26 de agosto de 1987 entre o governador Wellington Moreira Franco e o presidente da FUNAI Sr. Romero Jucá Filho determinou que caberia tanto ao Estado quanto à FUNAI implantar as condições necessárias à sobrevivência da comunidade, visando dotá-la de um sistema de infra-estrutura e assistência técnica que tornasse possível aos Guarani paulatinamente assumir sua subsistência, tendo em vista uma futura autodeterminação (GUIMARAENS, 2003, p.29).

Ainda segundo Dinah Guimaraens, o laudo antropológico do Museu do Índio de 1990, referido por esse processo de tombamento, afirma que os Guarani de *Bracuí* (assim como aqueles de *Paraty Mirim* e *Araponga*) pertencem ao grupo *Mb'yá*, os quais tinham como *habitat's* originais Argentina e Paraguai. Deste, partiram para o estado do Paraná, onde formaram vários aldeamentos e, mais tarde constituíram a maioria da população dos aldeamentos de São Paulo e Rio de Janeiro. Ana Valéria Araújo e Sérgio Leitão (2002, p.29-30) destacam o binômio da consolidação de direitos territoriais e da reivindicação por novas terras como duas vertentes, de atuação paralela a serem exigidas do Estado, por meio do reconhecimento das identidades indígenas emergentes e da conseqüente

demarcação de terras, o que se torna particularmente delicado em regiões como o Nordeste e o Sul.

A solicitação da revisão de demarcações já realizadas, as quais, aparentemente consolidadas, são posteriormente questionadas pelos índios, decorre da crescente contestação dos relatórios de identificação de terras indígenas elaborados por antropólogos da FUNAI ou não, denominados “laudos antropológicos”. Segundo ARAÚJO & LEITÃO:

“Tais laudos levantam a questão pertinente do estabelecimento de um equilíbrio entre o papel a ser desempenhado pelo antropólogo como produtor de conhecimento científico sobre povos indígenas e sua obrigação funcional como participante de um grupo de trabalho técnico, que precisa apresentar ao estado informações objetivas relativas a determinadas demarcações de terra” (ARAÚJO & LEITÃO, 2002 in GUIMARAENS, 2003).

A aldeia de *Bracuí* se localiza no Parque Nacional da Bocaina, a 1.300 metros de altitude, no sentido sudeste da nascente do rio Bracuí. Segundo Dinah, a aldeia foi formada inicialmente pela família do cacique Argemiro:

“A família ali se estabeleceu em fins da década de 1950 vinda de Palmerinha, no Paraná de onde fora expulsa por posseiros que se alojaram em suas terras. Juntaram-se ao cacique Argemiro outras famílias oriundas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Mais recentemente, chegaram cerca de 150 Guarani à aldeia de *Bracuí* vindos da Ilha da Cotonga (PR) motivados principalmente pelas péssimas condições de vida e pela precariedade dos recursos lá existentes” (GUIMARAENS, 2003, p.32).

Seu artesanato, tão característico, é vendido à beira da estrada Rio-Santos, contribuindo com recursos para a compra de ferramentas de trabalho, querosene e roupas. A alimentação nas aldeias Guarani do estado do Rio de Janeiro constitui-se basicamente de mandioca, milho e frutas que cultivam na área. Praticam a caça de forma seletiva e quase não praticam a pesca no estado (op.cit.acima).No caso específico da aldeia *Tekoa Itaxi* (Itatins), em Paraty Mirim, o educador *Verá Nhamandú Miri*, Sérgio da Silva (in GUIMARAENS, 2003) critica veemente o fato de laudos antropológicos responsáveis pela demarcação das reservas Guarani em território brasileiro terem como base à afirmativa – aceita sem contestações e como verdade absoluta a partir de critérios científicos estabelecidos pela FUNAI de que os Guarani preferem viver no meio do mato, já que o conceito básico de seu *tekoa* se refere a um local alto e isolado de onde se viste o mar.

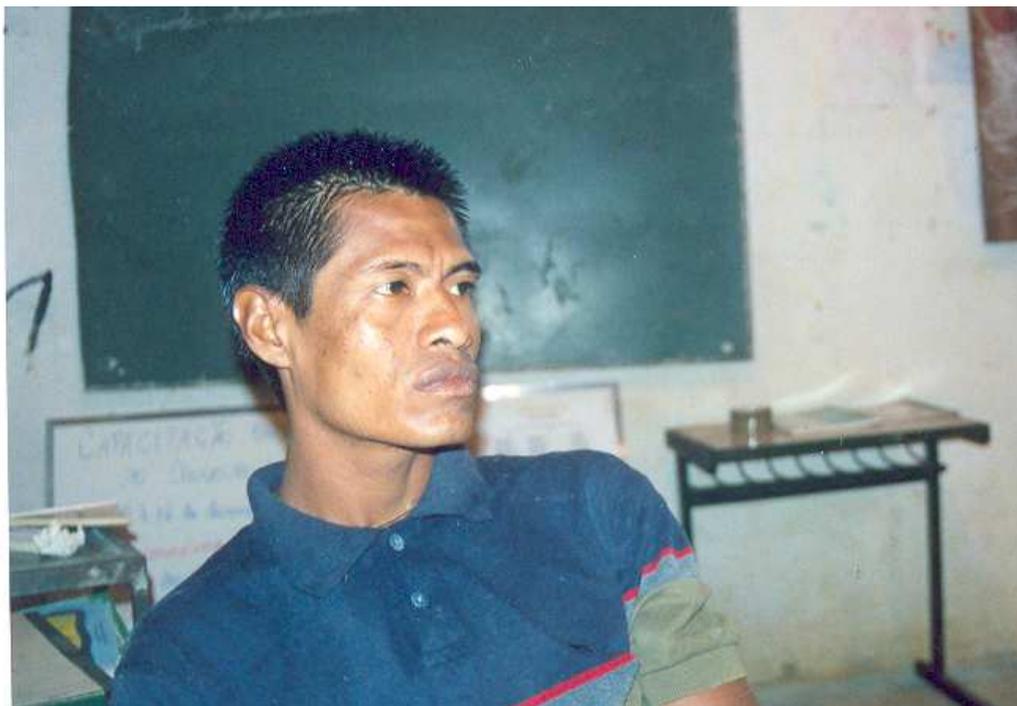


Figura 16 - Verá Nhamandú Mirí (Relâmpago Sol Pequeno), educador *M'byá* bilíngüe da Aldeia Tekoa Itaxi (Paraty-Mirim) na Escola Tava Mirim | Foto: José Francisco Sarmiento.

Sérgio argumenta que o fato de querer viver em meio à mata não significa que os Guarani não gostem de viver próximo ao mar ou se recusem a ocupar terrenos contíguos ao Oceano Atlântico. Na realidade, as aldeias Guarani do Espírito Santo, onde a líder religiosa chegou em busca da terra sem males, situam-se próximo ao mar (GUIMARAENS, 2003, p. 31).

Para esse educador Guarani, o que ocorreu de fato é que os terrenos que sobraram para seu povo foram aqueles que os *juruá* (homens brancos) não quiseram ocupar, sendo portanto praticamente impossível demarcar uma área litorânea como reserva indígena devido ao lato interesse econômico do mercado imobiliário pelas regiões costeiras.

O próximo capítulo a ser tratado, versa sobre o grafismo das cestarias dos *M'byá* de Paraty Mirim. Propõe um entendimento da importância da cultura material para este povo. O modo de vida, a relação com o objeto, a sintonia com o sagrado e o significado dos desenhos encontrados nas cestarias.